

# Introdução

---

O *Dicionário As Mulheres e a Unidade Europeia* pretende dar visibilidade às mulheres portuguesas e europeias que se empenharam, algumas com grande destaque, a pensar a Europa e a construção de uma unidade europeia durante os séculos XIX e XX.

Quer nos bastidores, quer pela sua ação política concreta, entre estas mulheres estão aquelas que viveram a seguir à I Guerra Mundial e contribuíram para esboçar projetos concretos para preservar a paz. Neste período, a ideia de Europa foi pensada para evitar uma nova guerra entre as nações, através de uma tentativa de União Federal Europeia, apresentada na Sociedade das Nações (SDN) por Aristide Briand e seguida por aqueles que entendiam a União Europeia como um projeto político. Também aqui estiveram mulheres que observavam e refletiam sobre os acontecimentos, envidando esforços concretos para a paz, quer através da criação de Ligas para a Paz, quer como observadoras dos trabalhos da SDN, revelando pela imprensa um forte europeísmo, sendo paradigmático o nome de Irene de Vasconcelos, ou agindo concretamente na esfera pública e política para essa União Europeia, como Louise Weiss.

É de salientar que muitas mulheres, aparentemente desligadas desta Europa, aparecem nesta obra, porque os objetivos da sua ação, sobretudo lutando pela paz, acabam por contribuir, com esse pacifismo, para uma Europa unida pelos valores essenciais.

O outro grande período, a seguir à II Guerra Mundial, é o tempo de passar de ideias para a Europa, para o processo de construção europeia efetivo. É aqui que, ao lado das grandes figuras europeias, conhecidas como pais fundadores – Robert Schuman ou Jean Monnet – também vamos encontrar as designadas “*founding mothers*”, muitas delas menos conhecidas do que os vultos masculinos, mas igualmente marcantes, e que fazem toda a parte deste Dicionário, entre as quais, Ada Rossi, Maria Unterrichter, Ursula Hirschmann, Sophie Scholl, Éliane Vogel-Polsky, Fausta Deshormes La Valle, Simone Jacob Veil ou Sofia Corradi. O seu papel foi muito importante para os alicerces atuais da Europa e foi continuado durante todo o século XX até à atualidade, por muitas mulheres pioneiras que mereceram ser tratadas nesta obra.

O *Dicionário As Mulheres e a Unidade Europeia* é resultado de um trabalho em rede que ultrapassou fronteiras, convocou investigadores, docentes e especialistas de múltiplas áreas, tendo por pano de fundo mulheres que, ao longo da História, participaram na construção da unidade europeia.

Além das pacifistas e defensoras dos direitos humanos e, em particular, das mulheres, crianças e desfavorecidos, o dicionário inclui pioneiras como deputadas nos

parlamentos nacionais, bem como no Parlamento Europeu, ministras, e diplomatas, quer de nomeação quer de carreira. De notar, contudo, que, até recentemente, as que exerceram funções governativas tiveram o seu mandato ligado quase sempre relacionado com áreas sociais, como a Família, Juventude, Educação ou Habitação.

Outras tantas, ou mais, mulheres estiveram na retaguarda, a tratar de questões logísticas e financeiras que suportassem e financiassem as suas causas; ou até, de certo modo, ofuscadas publicamente pelo reconhecimento dos maridos, surgindo o seu próprio reconhecimento pelo trabalho desempenhado, décadas mais tarde.

Até meados do século XX, são sobretudo mulheres oriundas de meios económicos e sociais favorecidos, pois a sua situação privilegiada permite-lhes disponibilizar tempo, meios e recursos para o seu ativismo político, social e humanitário. A partir de então, temos uma variedade de percursos, de situações socioeconómicas, todas confluindo para a mesma finalidade, demonstrando que qualquer mulher pode pensar e agir nas causas que abraça.

No seu conjunto, estas mulheres abordaram temas como a saúde sexual e reprodutiva, o acesso à educação, o acesso à carreira académica por mulheres, a paz, o trabalho, a liberdade e a participação política, entre outros, dando o seu contributo – muitas vezes com sofrimento e privações próprios – para a contínua construção em prol de uma Europa unida.

E que respostas poderão ser encontradas nesta obra?

– os perfis das biografadas enquadradas na diversidade, pluralidade, amplitude de intervenções havidas no feminino para a manutenção da paz e processo de construção europeia;

– as ações empreendidas por essas figuras, muitas delas ainda antes da ratificação do Tratado de Roma, ancoradas em eixos fundamentais como o respeito pela cidadania e pela dignidade humana, sem esquecer que se preconizava já a igualdade entre mulheres e homens bem como a emancipação feminina.

A investigação, redação e revisão das entradas – aproximadamente 80 – de entre os então 28 Estados-membros da União Europeia, que incluía ainda o Reino Unido, e que alcançou o propósito de incluir neste conjunto pelo menos uma mulher por cada um dos Estados da União Europeia, o que naturalmente se revelou, por vezes, de particular complexidade, muito devido à escassez de fontes documentais ou devido à barreira linguística. Não obstante, julgamos ter conseguido uma distribuição representativa e, na medida do possível, equitativa. Em rigor, sabemos não ter esgotado o assunto, ónus de quem assenta a primeira pedra... Porém, estamos certas de que o alcance das biografias compiladas demonstra a importância do legado que esta obra resgata e congrega. Para enriquecimento futuro, no final de cada entrada a obra apresenta referências bibliográficas para investigação ulterior, compaginando-se com a sua natureza enciclopédica.

Dada a sua natureza inovadora e original, não apenas no país, suscitamos também em muitos dos contribuidores deste volume o desejo de pesquisarem mais sobre as respetivas biografadas, de aprofundarem o conhecimento sobre as mesmas e de, assim também, divulgarem o contributo que cada uma delas, sozinha ou coletivamente, deram para a unidade da Europa e para a promoção dos seus valores.

Em 2020, são volvidos 25 anos sobre a Conferência de Beijing – IV Conferência Mundial sobre as Mulheres: Igualdade, Desenvolvimento e Paz da Organização das

Nações Unidas. Por essa ocasião foi adotada por unanimidade uma declaração, com 189 países signatários, proclamando princípios fundamentais e uma plataforma de ação que, ainda hoje, apesar das significativas mudanças havidas, não foi totalmente cumprida. A título de exemplo, refira-se a nula ou fraca participação de mulheres em áreas de decisão política, empresarial, cívica, religiosa ou militar; a violência e muito em particular aquela dirigida contra as mulheres, nomeadamente o tráfico, a violação e a prostituição, os maus tratos em contexto doméstico, a pornografia e o assédio sexual; acresce a dificuldade na conciliação das várias esferas entre família, profissões, cidadania e lazer.

A divulgação das figuras femininas proeminentes na construção de uma sociedade mais justa, tantas vezes tornadas invisíveis, e cujos perfis são bastante diferenciados, revela a amplitude da intervenção de mais de metade da população mundial a par do seu empenho em causas e movimentos políticos e sociais tão variados quanto a pluralidade democrática permite e estimula.

Importa, ainda, sublinhar que nunca antes assistimos a uma participação feminina tão expressiva e efetiva em lugares de decisão política, consubstanciada na liderança de mulheres ao mais alto nível. Recordando um passado bem recente, a Comissão Europeia tem, pela primeira vez, na sua liderança uma mulher, Ursula von der Leyen, com um colégio de comissários paritário, algo sem precedente. Com a presidência de Merkel, são duas mulheres a marcar a geografia de uma nova Europa, de uma nova União Europeia, de uma nova linha de ação política, económica e social. Por sua vez, Portugal também nomeou, pela primeira vez, em 2019, uma mulher para o cargo de comissária europeia, Elisa Ferreira e, noutra escala, os Estados Unidos da América terão, também pela primeira vez, em 2021, uma mulher, Kamala Harris, como vice-presidente. É, pois, com mulheres que a transição para lá da hipermodernidade está a ser feita, não sem que se recuperem os ideais humanistas que estiveram e possam estar na origem e construção de uma nova UE com a consciência de que só teremos futuro se o tivermos em conjunto. As biografias compiladas no *Dicionário As Mulheres e a Unidade Europeia* disso mesmo são e serão, doravante, testemunho, como o foram à época em que as suas protagonistas viveram.

Em 2020, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e a Agenda 2030 estão a ser desenhados ainda de acordo com os objetivos estabelecidos pela plataforma de ação de Beijing em áreas críticas como pobreza, saúde, educação e formação, economia, poder e tomada de decisão, meios de comunicação social, instituições oficiais e violência contra as mulheres, ambiente e conflitos armados, na assunção de que os direitos das mulheres são direitos humanos.

O *novo* futuro está a ser desenhado por homens e mulheres, e nesse sentido acreditamos que difundir a biografia das mulheres envolvidas no processo de construção europeia mantém o desiderato de paz que o lançou e que agora, com mais premência, exorta as mulheres a cumpri-lo.

Os olhos do mundo estão desde sempre postos na União Europeia. As opiniões vindas de quadrantes tão diferenciados quanto o Vaticano ou a Organização das Nações Unidas confirmam-no. Relembremos, a este título, palavras de João Paulo II, em 1988, sobre “Tornar sempre mais viva e generosa a alma da Europa”, advertindo que “para ser fiel a si própria, a Europa tem de saber reunir as forças vivas deste

continente, respeitando o carácter original de cada região, mas reconhecendo nas suas raízes um espírito comum. [...] Se a Europa deseja continuar a ter uma participação no mundo, deve, na unidade, fundar claramente a sua ação sobre o que há de mais humano e generoso na sua herança [...]». Ou palavras do secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, ao celebrar o dia da Europa, a 9 de maio de 2020: «Sei que podemos contar convosco para defender os valores universais da paz e dos direitos humanos, enfrentar com firmeza as alterações climáticas e trabalhar em direção a um mundo mais inclusivo e sustentável para todos», cumprindo-se, assim, o sonho da Declaração de Schuman há 70 anos.

Desde o primeiro momento as mulheres não estiveram arredadas do processo de construção do projeto europeu. A título de exemplo, bastará recordar que entre os signatários do Tratado de Roma encontramos a assinatura de mulheres representando o seu país ao mais alto nível.

Perante o mundo, o Parlamento Europeu tem sido palco da aclamação dos mais elevados valores humanos, como salienta na atribuição do Prémio Sakharov, para a liberdade de pensamento, através do qual distingue anualmente personalidades que se destacaram na defesa dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, incluindo mulheres como Salima Ghezali, Las Madres de Plaza de Mayo, Asmaa Mahfouz, e Nadia Murad e Lamyia Haji Bashar.

As conquistas mais recentes ligadas aos direitos das mulheres têm vindo paulatinamente a ser alcançadas com particular ênfase na assunção de que os direitos das mulheres são direitos humanos. A luta pela afirmação de direitos tão elementares como os da liberdade de expressão ou o do direito ao voto têm curvas acentuadamente assimétricas consoante as áreas geográficas e os sistemas políticos em vigor. Donde, em rigor, as ONG, e muito em particular as ONG de mulheres, têm, ao longo dos séculos, tido um papel fulcral para que o direito à dignidade da pessoa humana seja salvaguardado, dando a conhecer princípios e valores, promovendo iniciativas e dinâmicas comuns, visando ir cada vez mais anulando as desigualdades.

Desde a sua génese, a União Europeia afirmou-se como um bastião dos valores intrinsecamente associados à não discriminação. Embora considerando que os países do norte da Europa lideram na grande maioria das vezes no que à igualdade diz respeito, Portugal tem tido um papel a desempenhar, e cada vez mais relevante, no diálogo com as instâncias internacionais e na implementação das diretivas europeias em prol da defesa dos direitos das mulheres, sendo considerado avançado relativamente à legislação em vigor.

O modo como o uso de tempo é dividido entre mulheres e homens ainda apresenta sinais de grande desequilíbrio e discrepância. A União Europeia constatava recentemente que as mulheres eram remuneradas em 20% menos do que os homens, tinham menor possibilidade de aceder a cargos de chefia e eram penalizadas com a maternidade, e asseguravam na sua maioria o trabalho doméstico a par de uma carreira profissional. A pandemia em 2020 agravou esta situação. Em regime de teletrabalho, coube maioritariamente às mulheres conciliarem o cuidar dos filhos, da casa e trabalharem num espaço físico que para tal não fora concebido, e entre estas foram especialmente atingidas as mulheres que desempenhavam trabalhos menos qualificados, menos remunerados, sem proteção de direitos laborais e que implicavam, em

grande medida, a deslocação a casa do empregador, vendo-se assim impedidas de exercer a sua atividade. Quanto mais vulnerável o nível económico financeiro das famílias, maior foi o devastador impacto quer económica quer socialmente. Neste período, as mulheres foram tanto mais penalizadas quanto maior foi o coeficiente das múltiplas discriminações.

É histórica e comumente aceite que o papel das mulheres é muitas vezes anulado ou minimizado na resolução de questões consideradas de elevada importância, ao passo que, em circunstâncias análogas, a dos seus pares é salientada e exaltada. Contrariamente, a pandemia, que assolou o mundo e afetou mulheres e homens, veio a revelar-se uma oportunidade para as mulheres na liderança política, em diversos Estados, as quais viram, então, reconhecida a sua eficácia e o bom desempenho à frente dos desígnios dos seus povos. A imprensa mundial, quiçá surpreendentemente, deu relevo aos bons resultados obtidos – contenção de infetados na designada primeira vaga do COVID-19, nos respetivos países por elas liderados. Ainda assim note-se que por diversas vezes mais do que uma melhor *performance*, a questão da chefia dos governos por mulheres, e, conseqüentemente, uma melhor gestão dos efeitos pandémicos, foi associada ao cuidar e menos ao domínio das áreas político-económicas. Todavia, não podemos ignorar o facto de os países em análise possuírem sistemas de saúde robustos e mais preparados para fazer face a situações extremas, enquanto as suas economias assentam num sistema de proteção e assistência social e estando no topo dos indicadores de desenvolvimento humano.

A revista *Forbes* foi exemplar no modo como deu a conhecer aqueles que designou por “exemplos de verdadeira liderança”, referindo-se às figuras de topo da Alemanha, Noruega ou ainda da Nova Zelândia.

Esta janela de oportunidades poderá representar um ponto de viragem na conceção e consciencialização da importância da diversidade e, por conseguinte, das lideranças femininas aos mais diversos níveis. Atentemos no facto de que no grupo dos profissionais de saúde, em termos mundiais, são já as mulheres a maioria cifrando-se em cerca de 70%. Porém, se considerarmos a esfera política entre um total de 153 chefes de Estado eleitos, somente dez eram mulheres, segundo dados avançados pela União Interparlamentar relativos ao ano de 2018.

A demanda pela paz foi o denominador comum capaz de unir mulheres por toda a Europa ao longo dos séculos. Apesar das suas especificidades e idiossincrasias, indivíduos e movimentos coletivos ultrapassaram trincheiras almejando uma paz duradoura. Homens e mulheres, lado a lado, ergueram as suas vozes em prol de uma Europa Unida. Urge que este vaticínio seja ouvido pelas mulheres que antes como hoje alicerçaram o seu pensamento e a sua ação em benefício da paz na União Europeia e para o mundo.

Por tudo quanto foi exposto, resulta claro que, independentemente de qual venha a ser o futuro da Europa e da União Europeia, nunca poderá abdicar-se da sua face feminina, de que se faz expressão a presente obra, *O Dicionário As Mulheres e a Unidade Europeia*.

